



## **6ta Edição do Curso Internacional de Políticas Públicas em Direitos Humanos 2023**

A sexta edição do Curso Internacional Políticas Públicas em Direitos Humanos é organizada conjuntamente pelo Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDH) e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Trata-se de um curso de modalidade mista, com uma primeira fase virtual de 7 módulos que começará em fevereiro de 2023, e uma segunda fase presencial em Buenos Aires, Argentina, onde os participantes apresentarão seus trabalhos finais e contarão com aulas ministradas por especialistas nos diversos temas abordados durante o desenvolvimento do curso (ambas as fases são obrigatórias). Da mesma forma, os interessados poderão participar de um workshop virtual sobre o Sistema Interamericano de Direitos Humanos e seus mecanismos, no mês de março.

### **Marco Institucional:**

O Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDH) é um organismo intergovernamental criado no ano de 2009 por decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC) 14/09. Tem como principais funções a cooperação técnica, pesquisa, capacitação e apoio na coordenação de políticas regionais de direitos humanos.

O objetivo do IPPDH é “contribuir com o fortalecimento do Estado de Direito nos Estados Partes, mediante o desenho e acompanhamento de políticas públicas em Direitos Humanos, e contribuir para a consolidação de Direitos Humanos como eixo fundamental de desenvolvimento do MERCOSUL”. Além disso, tem como função “prestar assistência técnica no desenvolvimento de atividades de capacitação na promoção e proteção dos Direitos Humanos para funcionários das instituições de Direitos Humanos dos Estados Partes”.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) é um órgão principal da Organização dos Estados Americanos (OEA), que tem como função promover a observância e defesa dos direitos humanos nas Américas e servir como órgão consultivo da organização na matéria. Foi criada pela OEA em 1959 e instalada em 1979.

O mandato da CIDH está estabelecido no artigo 106 da Carta da OEA, assim como na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José), adotado em 22 de novembro de 1969, com entrada em vigor no dia 18 de julho de 1978. A CIDH desempenha suas funções com base em três eixos de trabalho: o sistema de petições



individuais; o monitoramento da situação dos direitos humanos nos Estados Membros e a assessoria e cooperação técnica com os Estados. Entre as funções da CIDH encontram-se: estimular a consciência dos direitos humanos e realizar atividades de promoção e formação de funcionárias e funcionários públicos e membros de organizações da sociedade civil.

A Escola Internacional do IPPDH é uma instância de coordenação técnica que responde à necessidade da normativa fundacional do instituto. É um centro de altos estudos no qual se exerce a função de organização e desenvolvimento de capacitações e formação que articula conhecimentos políticos e acadêmicos do mais alto nível em diálogo com os saberes sociais, orientados a fortalecer as capacidades do governo e gestão de políticas com o enfoque de direitos, em níveis nacionais, estaduais/provinciais, local e regional.

Por sua vez, a CIDH estabeleceu como seu objetivo estratégico 3 impulsionar o fortalecimento institucional e a construção de capacidades de atuação das organizações e redes de atores sociais em defesa dos direitos humanos. Em particular, o Plano Estratégico prevê o Programa Ampliado de Capacitação e Promoção do Pensamento e Cultura em Direitos Humanos e o Programa de Cooperação Técnica em Matéria de Institucionalidade e Políticas Públicas com Enfoque em Direitos Humanos, através do qual promove políticas públicas orientadas a fortalecer o respeito aos direitos humanos como um elemento central dos processos de fortalecimento das capacidades nacionais de implementação dos estándares interamericanos de direitos humanos.

É nesse contexto que foi concebido e desenvolvido o Curso Internacional de Políticas Públicas em Derechos Humanos, que já conta com três edições (2016, ano 2017, ano 2018 e ano 2019), cujo objetivo principal foi a construção de conhecimento para a gestão de políticas públicas a partir de uma perspectiva de direitos humanos assumindo marcos teóricos e ferramentas atuais e adequadas. Propõe também um espaço de formação e debate para a geração de “comunidades de prática” que abordam desafios que gestores de políticas públicas da região enfrentam atualmente.

## **Participantes:**

Funcionários públicos responsáveis pelo desenho, direção, execução e avaliação de políticas públicas, membros de organizações e movimentos sociais, acadêmicos dos estados membros do MERCOSUL e da OEA.

Serão admitidos até 100 participantes mediante uma convocatória de carácter aberto.

No processo de seleção, será considerada a representação geográfica, disciplinaria, étnico/racial, de gênero, de pertencimento institucional e também será valorizado de forma especial o papel decisório que o participante tem com relação às políticas públicas.



O curso não implica em nenhum custo para os selecionados, ou seja, não é necessária nenhuma matrícula para participar

## **Objetivos:**

O Curso Internacional de Políticas Públicas em Direitos Humanos busca formar e fortalecer as capacidades de atores relevantes das Américas no enfoque de direitos nas políticas públicas. A partir de uma perspectiva que reconhece as contribuições e desafios da região, é oferecida uma aproximação das experiências existentes e dos desafios que os direitos implicam à institucionalidade estatal.

## **Metodología:**

O processo de estudo oferecido através do Curso Internacional combina a formação teórica e prática nos campos de pensamento Americano, o direito internacional dos direitos humanos, o Sistema Interamericano de Proteção, ciências sociais, humanidades e administração pública, com apresentação de experiências práticas de alto impacto para a garantia dos direitos implementada nos Estados da região nos últimos anos.

A dinâmica de troca entre os participantes do curso, vindos de âmbitos acadêmicos, estatais e da sociedade civil, constitui em si mesmo um foro para identificar problemas, obstáculos, recursos e oportunidades para o fortalecimento de instituições e políticas centradas em direitos humanos.

Em síntese, o Curso Internacional se propõe a integrar um enfoque teórico-prático com a socialização de experiências significativas de políticas públicas em direitos humanos. Ao mesmo tempo, se caracteriza como um espaço de diálogo em torno à construção de direitos, entendidos a partir de um amplo espectro que vai desde as lutas sociais até a efetiva satisfação dos direitos através de políticas públicas consistentes com as necessidades e demandas da população.

## **Conteúdo do curso:**

O curso combina uma oferta de temas permanentes com outros de caráter conjuntural, a partir das dinâmicas históricas da região. Além disso, oferece ferramentas essenciais para a análise dos principais processos que atravessam a região americana e que representam desafios à plena vigência dos direitos humanos. Os temas permanentes oferecem um campo específico de construção e gestão de políticas públicas em direitos humanos, que exige formação técnica e política com capacidades para gerar propostas com incidência nas práticas levadas adiante pelos Estados em suas distintas instâncias. Por sua vez, a oferta de temas conjunturais é desenvolvida tendo em conta os interesses dos



participantes do Curso e as prioridades das instituições organizadoras em cada edição do Curso.

### **Fase virtual:**

Esta fase foi pensada com o fim de desenvolver os aspectos técnicos e de gestão, favorecendo a análise de experiências concretas, nas quais se viabiliza a aplicação ou não dos princípios gerais do enfoque de direitos nas distintas fases do ciclo de política pública. Além disso, permite aos participantes se aprofundarem em aspectos específicos do ciclo das políticas públicas desde uma perspectiva de direitos e analisarem experiências concretas dos países da região.

As sessões virtuais terão 7 módulos (um por semana), começando no mês de fevereiro de 2023.

Nesta edição, além dos conteúdos teóricos obrigatórios e complementares que estarão disponíveis toda semana junto com o diretriz de participação no fórum, serão realizadas aulas virtuais sincronizadas por especialistas de ambas as instituições que desenvolverão os conteúdos do eixo temático proposto, onde terão um intercâmbio dinâmico com os participantes do curso, além das intervenções que serão realizadas no fórum com os tutores. Essas aulas serão registradas caso o participante não possa participar do cronograma estabelecido (é necessário um mínimo de presenças como critério de aprovação da fase virtual).

Uma vez atendidos os requisitos da fase virtual (participação nos fóruns de cada módulo e apresentação do projeto preliminar), os participantes terão um período de tempo para apresentar seu trabalho final, que será apresentado durante a semana de encerramento. A participação nesta semana é obrigatória.

**IMPORTANTE:** são necessárias aproximadamente 4 a 6 horas por semana para participar da fase virtual, que inclui participação no fórum, participação nas aulas síncronas e leitura de materiais teóricos propostos pela equipe docente.



## Tabela de conteúdos<sup>1</sup>:

Módulo	Data	Módulos 2023
1	14/02	Apresentação dos participantes – bem-vindo ao curso
2	21/02	Democracia, Direitos Humanos e desenvolvimento
3	28/02	Direito Internacional dos Direitos Humanos: integração regional, políticas públicas e o Sistema Interamericano
	07/03	<b>SIDH e seus mecanismos - semana opcional</b>
4	14/03	Políticas públicas com enfoque em direitos humanos: noções conceituais
5	21/03	Abordagens para a gestão de políticas públicas e enfoque de direitos humanos
	28/03	Workshops: desenvolvimento do trabalho final - (grupos de 25)
6	04/04	Produção, acesso à informação e sistema de indicadores
7	11/04	Participação em políticas públicas
	18/04	<b>Módulos temáticos</b>
		<b>Elaboração de trabalho final</b>
<b>Maio</b>		<b>ENCERRAMENTO DA SEMANA PRESENCIAL - Buenos Aires</b>

## Workshop sobre o Sistema Interamericano de Direitos Humanos e seus mecanismos - semana opcional:

Para os participantes que optarem pela especialização no Sistema Interamericano, o evento de dois dias incluirá sessões específicas sobre uma introdução ao funcionamento de cada um dos mecanismos da CIDH, assim como discussões e reflexões sobre o papel do Sistema Interamericano de Direitos Humanos na área de políticas públicas nos Estados da região.

Consiste em uma oficina de formação com ênfase em conteúdos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, incluindo o intercâmbio de experiências, desafios e boas práticas relevantes na temática. As jornadas de oficinas serão ministradas pelos

<sup>1</sup> Todas as datas fornecidas neste documento ainda são provisórias.



especialistas em Direitos Humanos da Secretaria Executiva da CIDH e membros do IPPDH.

## **Semana de fechamento obrigatório:**

A semana de encerramento será na cidade de Buenos Aires, Argentina. Ao longo de 5 dias, a metodologia do workshop será combinada com seminários e conferências abertas. As sessões de formação correspondentes a esta semana permitirão partilhar o trabalho desenvolvido durante os meses de intercâmbio online. Incluirá conferências sobre os diversos temas relacionados à gestão de políticas públicas a partir da abordagem de direitos e mesas redondas sobre os diferentes temas trabalhados.

## **Crítérios de admissão e participação do curso**

As pessoas selecionadas para participar da quinta edição do curso internacional de política pública em direitos humanos serão publicadas no site de ambas as instituições e receberão um aviso e uma carta de compromisso a ser preenchida e assinada, na qual se comprometem a participar de todas as atividades do curso, incluindo a participação na semana obrigatória da cerimônia de encerramento. Será dado um prazo para o recebimento das cartas, não aceitando as que forem recebidas após a data estipulada.

**IMPORTANTE: Iniciada a fase virtual, as pessoas que não participem do campus nas primeiras duas semanas serão removidas automaticamente e substituídas pelos candidatos selecionados como suplentes para a vaga.**

## **Aprobación del curso**

A aprovação do curso internacional requer o cumprimento dos requisitos da fase virtual (participação obrigatória nos fóruns, apresentação do tema do trabalho final e entrega do projeto preliminar), a elaboração do trabalho final e a participação na semana de encerramento obrigatória na cidade de Buenos Aires.

O **trabalho final** é um exercício de aplicação do conhecimento adquirido durante o curso a partir de uma situação hipotética ou real proposta pelo/a participante.

Este trabalho tem a finalidade de favorecer a integração dos conhecimentos do curso. Propõe-se que o trabalho final se concentre em uma política pública de direitos humanos, que pode assumir duas formas: uma proposta de política pública que requer a intervenção do Estado ou uma proposta para a avaliação de uma política pública existente. O trabalho final é requisitos necessários para a conclusão do curso. Este trabalho será revisto e serão enviados comentários que os participantes poderão incorporar em sua apresentação durante a semana de encerramento obrigatório.



**MERCOSUR**

**IPPDH**

Instituto de Políticas Públicas  
en Derechos Humanos



Comissão  
Interamericana de  
Direitos Humanos

Aqueles que atenderem aos requisitos da fase virtual e participarem da semana obrigatória do curso receberão um certificado de conclusão.

**IMPORTANTE: O conteúdo dos trabalhos e das intervenções dos e das participantes ao longo do curso serão considerados como opiniões e expressões individuais. Os comentários não serão tomados como representativos das instituições a que pertencem**

## **Equipo docente**

Cada módulo está a cargo de um responsável, membros do IPPDH e/ou CIDH, e convidados (expertos e docentes de outros cursos ofertados pelo instituto ou participantes de edições anteriores do Curso Internacional). Além disso, os participantes contam com a coordenação acadêmica e assistência técnica durante todo o processo, que devem orientar os participantes na elaboração dos anteprojetos e trabalhos finais. Os membros da equipe do IPPDH e da CIDH vão oferecer assistência técnica, devem corrigir os anteprojetos e trabalho escrito sobre o Sistema Interamericano quando aplicável, e agregarão observações aos trabalhos finais.